



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

DAVIDSON, Basil (Bristol, 1914; Londres, 2010)

Apesar de se vir a distinguir em áreas relacionadas com a História, nomeadamente com a História da África pré-colonial e colonial, o britânico Basil Davidson não tinha qualquer formação formal como historiador. Abandonou, aliás, os estudos aos dezasseis anos, começando algum tempo depois a trabalhar para jornais londrinos, inclusive como correspondente no estrangeiro. O jornalismo permaneceria a sua principal ocupação durante as décadas seguintes, aparte um interlúdio causado pela Segunda Grande Guerra, quando integrou as forças armadas do seu país e levou a cabo operações de apoio à resistência anti-Eixo nos Balcãs (em 1943-44) e em Itália. Finda a guerra, regressou ao papel de repórter, especialmente para periódicos afiliados à esquerda, campo político em que também se inseria. Davidson começou a interessar-se por questões africanas na década de 1950, ao tomar posição, nos seus artigos (e, mais tarde, livros), contra os regimes de Apartheid sul-africano e rodesiano e contra a existência do Império português em África. Não se limitou a observar à distância as lutas de libertação pós-1961, mas visitou pessoalmente as áreas em guerra, travando conhecimento em primeira mão com membros do PAIGC, do MPLA (sendo bastante crítico da UNITA) e da FRELIMO e conhecendo líderes como Amílcar Cabral e Agostinho Neto, de quem era muito elogioso. A simpatia que sentia pelas causas independentistas e, até certo ponto, pan-africanistas colora a sua escrita, tanto ensaística como histórica.

O interesse no presente do continente africano levou-o a interessar-se também pelo seu passado, tendo nas décadas seguintes escrito uma série de obras a respeito dessa temática. Num período em que a História de África partia ainda em grande medida de uma perspetiva eurocêntrica e o estudo da África antiga (pré-colonial) estava na sua infância, Davidson preocupou-se com dar à sua produção um caráter divulgador, numa tentativa de dissipar entre o público europeu e americano o mito de que África não tinha história própria ou uma cultura “avançada” antes da chegada dos europeus. Nesse sentido, destaca em múltiplos livros a diversidade de culturas e entidades políticas complexas que povoam ou povoaram o continente, desde civilizações antigas como Méroe, no atual Sudão, a povos mais recentes. Tais povos são várias vezes comparados aos europeus, especialmente no período correspondente na Europa à Idade Média, pondo em evidência uma complexidade de estruturas e relações sociais, que o Autor tende a apelidar de “feudais”, muito diferente da imagem de tribos primitivas presente no imaginário popular. Preocupa-se igualmente com realçar que os sistemas de crenças e mitos africanos são tão válidos e úteis para a sua realidade social como os dos europeus, em vez de meras superstições e sinais de “barbárie”. O conhecimento das épocas mais recuadas, embora dificultado pelo reduzido número de relatos escritos e limitada pesquisa existente à época, é de grande importância para Davidson, uma vez que o seu objetivo é escrever uma História *centrada* em África, não a partir da sua relação com a Europa, embora esta seja analisada também, como não podia deixar de ser, dada a forma tão profunda como alterou o rumo histórico do continente.

O Autor não procura caracterizar extensivamente os modelos ou formas do tráfico escravagista



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

transatlântico ou do imperialismo colonial, focando-se em vez disso nas consequências – em larga medida negativas – dos mesmos para os sujeitos subjugados e tomando em certa medida o partido dos mesmos. As suas raízes no jornalismo e engajamento político levam Davidson a adotar uma posição menos distanciada do que a maioria dos historiadores. Embora não chegue ao ponto da apologia, deixa a simpatia pelos povos africanos transparecer por entre os seus escritos e pede ao leitor maior compreensão, por exemplo, para com os líderes africanos que participaram no comércio de escravos do que para os seus equivalentes europeus. No geral, contudo, reconhece tanto nuns como noutros atores históricos complexos e multifacetados e assim os caracteriza nas suas obras, pintando uma História de África detalhada, ponderada e vívida. Em múltiplos livros, pontua a narrativa com relatos memorialísticos da sua passagem por África e com elementos de História oral por si recolhidos durante essas viagens.

Portugal é uma entre as várias potências europeias com presença em África referidas por Davidson e, tal como as restantes, focado na medida em que essa presença afetou o continente africano. Assim sendo, não encontramos no seu *corpus* uma tentativa de explicar ou sequer caracterizar o domínio imperial português como um todo coerente. O caso português é, todavia, merecedor de referências mais extensas em múltiplas obras do Autor, devido a vários fatores de interesse que se ligam, na sua maioria, com a sua presença ter sido de longe a mais duradoura – iniciando-se ainda no século XV e resistindo até à segunda metade do século XX (para Davidson, o Presente). As expedições quatrocentistas, abordadas com relativo detalhe, põem em evidência que o contacto europeu com as regiões subsaarianas é muito anterior à fase colonial oitocentista (algo porventura evidente para o leitor português, mas não tanto para o britânico). O historiador quer demonstrar, baseando-se nas descrições e nas ações dos navegadores portugueses, que estes europeus “medievais” viram nos africanos que encontraram indivíduos e reinos essencialmente *iguais* aos que conheciam na sua parte do mundo. Quer as suas relações com eles fossem de amizade e aliança (um grande destaque é dado ao Manicongo, batizado e chamado “irmão” do rei de Portugal) ou de confronto (caso das cidades da costa oriental africana), os relatos portugueses são de entidades poderosas e prósperas, com reis, exércitos e comércio de longa distância. Por um lado, tais relatos confirmam a complexidade e diversidade política da África pré-colonial e servem de fonte valiosa para a sua história. Por outro, demonstram que a imagem do africano como inerentemente *inferior* ao homem branco e incapaz de mais do que selvajaria não estava ainda formada no quadro mental destes europeus, como viria a estar nos séculos XIX e XX. Davidson enfatiza bastante este ponto, atribuindo o racismo de épocas posteriores aos séculos de desumanização dos africanos causada pela escravatura em grande escala.

Essa escravatura liga-se com outro ponto central do pensamento histórico do Autor, nomeadamente, a responsabilização dos europeus, e dos portugueses em específico, pela completa destabilização e, regra geral, destruição das sociedades africanas que precederam a sua chegada. Para a costa ocidental, são dados exemplos como os reinos do Congo e Ndongo, que Portugal subjugou. Na costa oriental, o saque das cidades mercantis como Mombaça é também utilizado para sustentar esta tese, defendendo o Autor que os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conquistadores portugueses levaram à estagnação das rotas comerciais do Índico e, conseqüentemente, ao declínio de povos do interior africano como o Monomotapa, que de resto também enfraqueceram política e militarmente. Segundo o argumento apresentado, embora no período anterior existisse mudança política em África e substituição violenta de umas potências por outras, tinha sido alcançada na maioria do continente uma forte estabilidade social. Portugal quebrara tal estrutura, em parte devido à fragilidade e limitado alcance do seu domínio, que não lhe permitira substituir a ordem anterior por uma própria. Por outro lado, afirma-se que os portugueses não introduziram entre os africanos – ou praticamente sequer entre os seus próprios colonos – nenhuma das vantagens que poderiam ter resultado de contactos intercontinentais (como um maior conhecimento técnico), exceto o acesso a culturas alimentícias americanas.

Mais ainda do que a subjugação militar (de resto, só mais tarde completada), é no tráfico transatlântico – iniciado e longamente perpetuado pelos portugueses – que o Autor encontra o grande desestabilizador das sociedades africanas, atingindo em maior ou menor grau todo o continente, não só através do gigantesco sorvedouro demográfico, mas também devido à intensa reorganização da economia para a centrar completamente neste único “produto” de exportação, reduzindo outras formas de trabalho ou exploração económica e tornando a guerra para captura e venda de escravos uma prática generalizada (Davidson não nega que a escravatura existia em África antes dos europeus, mas coloca ênfase nas diferenças entre a escravatura “doméstica” então presente e as formas posteriores). A ruína generalizada que daí resultou explicaria, na perspetiva do historiador, a disparidade entre a África próspera encontrada pelos portugueses dos séculos XV e XVI e aquela que os exploradores do século XIX tinham descrito. A presença portuguesa em África é, portanto, vista como um fenómeno amplamente negativo.

Tirando no que toca ao tráfico negreiro, extensamente descrito e caracterizado, a presença portuguesa em África no intervalo de tempo entre as viagens iniciais e as guerras de independência do século XX recebe do Autor referências mais breves, ainda que frequentes. Estas tendem a acentuar, como é comum entre autores anglófonos que escrevem sobre o Império português, a fraqueza e insegurança das autoridades coloniais, a disparidade entre o disposto na lei (a partir do período liberal) metropolitana e a realidade do espaço colonial, o número reduzido de colonos brancos, a exploração económica modesta e a limitada ocupação efetiva do território (só colmatada pelas expedições de “pacificação” de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos), traçando no seu conjunto uma imagem não elogiosa do colonialismo português. De um ponto de vista mais humanitário, Davidson aponta a ausência quase completa de desenvolvimento nas regiões sob controlo português e a miséria das populações africanas colonizadas, o alcance muito limitado de instituições dedicadas à saúde e à educação, etc. O Estado Novo veio alterar, até certo ponto, essa situação, trazendo uma maior centralização e algum desenvolvimento (é de notar que o Autor observa que tais mudanças vêm em continuidade com a política da Primeira República, nomeadamente do governador de Angola Norton de Matos), mas com sérias lacunas e à custa de maior opressão das populações africanas.

Outro ponto que o historiador não deixa de realçar é a discriminação racial presente nas províncias



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ultramarinas, particularmente na fase final do Império, indo contra a ideologia propagada pelo Salazarismo, segundo a qual a sociedade colonial portuguesa se pautava pela multiracialidade e tolerância (ligadas a uma leitura específica do Luso-tropicalismo de Gilberto Freire). Também este aspeto, como os do parágrafo anterior, confere justiça, para Davidson, aos movimentos independentistas.

Esses movimentos são de especial interesse para o Autor, que dedica livros a dois deles, o PAIGC e o MPLA, nos quais não disfarça as suas simpatias. Nestas obras, o Presente e o Passado tocam-se, contrapondo os diários do próprio Davidson relatando o seu tempo passado entre os revolucionários, a história recente da formação e desenvolvimento destes movimentos independentistas e as guerras, revoltas e outros atos de resistência antiportuguesa dos séculos e décadas anteriores. O Autor procura traçar toda uma História da resistência nativa ao sistema invasor e inserir na mesma, como o seu culminar, os movimentos seus contemporâneos. Se por vezes essa resistência teve lugar em moldes internos ao dito sistema (ora procurando subir na pirâmide elitista colonial, ora procurando replicar essa mesma pirâmide com elites “nativas”) e noutros casos foi-lhe externa (mantendo as estruturas sociais e mentais africanas ou procurando retornar às mesmas), indivíduos como Cabral e Neto tinham atingido uma síntese de ambas as vertentes – os seus movimentos tinham uma raiz eminentemente local, em contacto próximo com o povo africano, mas faziam uso de armas e ferramentas ideológicas europeias. O caráter com origem africana, concebido propositadamente para os espaços em que se inserem, destes movimentos é muito importante para Davidson, levando-o a menosprezar e a considerar menos central a sua índole marxista. É esse caráter nativo, resultado de séculos de continuidade histórica, bem como a manifesta intenção de transformar por completo a sociedade em Angola, Guiné e Moçambique uma vez conquistada a independência (em vez de substituir meramente uma elite por outra) que eleva os independentistas, na visão do Autor, acima do estatuto de meros revoltosos e à qualidade de revolucionários.

A independência das ex-colónias portuguesas não correspondeu ao fim da atividade de Basil Davidson, que continuou a escrever até à década de 1990, quer sobre o Passado de África, quer sobre a situação *atual* do continente (incluindo as ex-colónias portuguesas, com as quais expressou um certo desapontamento), colaborando também com documentários sobre as mesmas temáticas. O seu importante papel como historiador e, sobretudo, como divulgador foi amplamente reconhecido, tendo recebido graus honoríficos de várias universidades e outras condecorações, entre elas a de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída pelo presidente Jorge Sampaio em 2001.

Bibliografia ativa: DAVIDSON, Basil, *Old Africa Rediscovered*, Longman, Londres, 1970 (ed. original de 1959); *Mãe Negra – África: Os Anos de Provação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1978 (ed. original de 1961); *A History of East and Central Africa – To the Late Nineteenth Century*, Garden City, Anchor Books, 1969 (ed. original de 1967); *The Africans: An Entry to Cultural History*, Vitória, Penguin Books, 1972 (ed. original de 1969); *The Liberation of Guiné – Aspects of an African Revolution*, Baltimore, Penguin Books, 1969; *In*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

the Eye of the Storm: Angola's People, Londres, Longman, 1972; *As Ilhas Afortunadas: um estudo sobre a África em transição*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.

Bibliografia passiva: HARDING, Jeremy, "The Partisan", *London Review of Books*, Vol. 16, no. 12, 23 de junho de 1994, disponível *online* em <https://www.lrb.co.uk/the-paper/v16/n12/jeremy-harding/the-partisan>; OLIVEIRA, Pedro Aires, "Amílcar Cabral e Basil Davidson, um britânico amigo do «Terceiro Mundo»", *Público*, Análise - Série O mundo de Amílcar Cabral (III), 9 de abril de 2023, disponível *online* em <https://www.publico.pt/2023/04/09/mundo/noticia/amilcar-cabral-basil-davidson-britanico-amigo-terceiro-mundo-2045013>.

Tiago Seixas dos Santos